v7.n9.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

EXPANSÃO DO CRÉDITO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA INADIMPLÊNCIA DA PESSOA FÍSICA (2008-2012)

CREDIT EXPANSION IN BRAZIL AND ITS IMPACT ON INDIVIDUAL DEFAULT RATES (2008–2012)

LA EXPANSIÓN DEL CRÉDITO EN BRASIL Y SUS REPERCUSIONES EN LA MOROSIDAD DE LOS PARTICULARES (2008-2012)

Edicarlo da Encarnação Damasceno[1], Jucely Siqueira Oliveira[2]

e799032
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i9.9032

PUBLICADO: 09/2026

RESUMO

A participação do estoque de crédito em relação à produção total do país tem crescido no Brasil nos últimos anos, essa expansão do crédito vem desde o controle da inflação com a implementação do Plano Real. Esta análise procura compreender a expansão de crédito no Brasil e quais as formas que este fenômeno veio a impactar na vida econômica do consumidor brasileiro em um período compreendido de 2008 até 2012, o nível de inadimplência cresceu juntamente com as modalidades de crédito, principalmente relacionadas ao cheque especial e ao uso do cartão de crédito, dessa forma se busca também perceber os limites dessa expansão e como afetou outros setores da economia, há também o papel governamental com relação ao crédito pós-crise de 2008 através das medidas macroprudenciais, além de outros aspectos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão. Crédito. Inadimplência.

ABSTRACT

The share of credit stock relative to the country's total output has been growing in Brazil in recent years; this expansion of credit has been driven by inflation control following the implementation of the Real Plan. This analysis seeks to understand the expansion of credit in Brazil and the ways in which this phenomenon has impacted the economic lives of Brazilian consumers during the period from 2008 to 2012. The default rate rose alongside the growth in credit instruments, particularly those related to overdrafts and credit card use. Thus, this study also seeks to identify the limits of this expansion and how it affected other sectors of the economy. The government also played a role in post-2008 crisis credit through macroprudential measures, in addition to other social aspects.

KEYWORDS*: Expansion. Credit. Delinquency.*

RESUMEN

La participación del volumen de crédito en relación con la producción total del país ha ido creciendo en Brasil en los últimos años; esta expansión del crédito tiene su origen en el control de la inflación tras la puesta en marcha del Plan Real. El presente análisis pretende comprender la expansión del crédito en Brasil y las formas en que este fenómeno ha repercutido en la vida económica del consumidor brasileño durante el periodo comprendido entre 2008 y 2012.

[1] Graduado em Economia pela Universidade Federal do Amazonas. Gerente de Relacionamento na instituição financeira Banco Bradesco.
[2] Graduada em Administração pela Estácio.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

El nivel de morosidad ha aumentado junto con las modalidades de crédito, principalmente en relación con el descubierto bancario y el uso de la tarjeta de crédito; de este modo, también se pretende comprender los límites de esta expansión y cómo ha afectado a otros sectores de la economía. Asimismo, cabe destacar el papel del Gobierno en relación con el crédito tras la crisis de 2008 a través de medidas macroprudenciales, además de otros aspectos sociales.

***PALABRAS CLAVE**: Expansión. Crédito. Morosidad.*

1. INTRODUÇÃO

Desde a implementação do Plano Real o Brasil conseguiu se estabilizar macroeconomicamente. Isso trouxe diversos benefícios desde o controle da inflação até altas na expansão do crédito, quando se fala em expansão do crédito na economia de determinado local se entende que haverá um maior nível de renda das famílias desse local ou que existirão melhores meios de se consumir.

Essa mudança tem como consequência, para alguns a inadimplência, ou seja, o consumidor ao ter um aumento em sua renda, passa a se comprometer com dívidas que ao não honrar tais compromissos passa a caracterizar inadimplência. Segundo o SCR (Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil), a inadimplência se dá em todas as operações com parcelas vencidas há mais de noventa dias.

Obter mais crédito e formas para consumir é um benefício para qualquer população, na microeconomia vemos que o consumidor é racional e consome tudo aquilo que ganha, no limite de sua restrição orçamentária; na prática, especificamente o brasileiro possui certo descontrole com relação ao seu orçamento, o que foi se intensificando à medida que este se beneficiou da expansão do crédito, visto que o brasileiro consome mais do que poupa. Outros fatores podem ser citados como responsáveis pelo aumento da inadimplência além da expansão de crédito, como as variáveis macroeconômicas, a exemplo do desemprego e da inflação ou comportamentos sociais.

Acerca dos comportamentos sociais, vários podem ser os aspectos, desde a diferença entre jovens e adultos, até questões de controle emocional sobre o consumo. Há também questões de mercado, como preço e qualidade, isso de certa forma influencia o consumo, o consumidor, a pessoa física, é atingido pelo marketing, além do ambiente ao seu redor proporcionar tal busca pelo consumo, ou seja, existe também uma vulnerabilidade financeira, aliada também a falta de educação financeira, todo esse arcabouço serve de base para o crescimento da inadimplência.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

1.1. Problemática

Em 2012 o número de inadimplentes alcançou a marca dos 52 milhões de brasileiros, de acordo com o Serasa Experian, que também apontou que mais da metade desse número possui dívidas que superam sua renda mensal, o montante de crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) superou a marca dos 53% em janeiro de 2012 o que era apenas 37% em junho de 2008, demonstrando o quão rápido o crédito se expandiu na economia brasileira.

O Relatório de estabilidade financeira (REF), publicação semestral do BACEN, nos remete acerca da inadimplência e as modalidades de crédito da qual a pessoa física mais se compromete, os destaques estão para as modalidades de cheque especial e cartão de crédito, o relatório também apontou para crescentes na inadimplência a partir do ano de 2009, dado que apesar da crise internacional de 2008, os principais indicadores do país continuaram estáveis.

O destaque para crescente utilização do cartão de crédito tem algumas particularidades, a inadimplência através dele mais que dobrou entre 2008 e 2012, o que no início do século era uma modalidade de crédito ainda muito restrita, outra modalidade que aparece como fator de inadimplência é o crédito consignado regulamentado em 2003, e que hoje está enraizado nas instituições financeiras que o tem como um dos seus produtos de maior destaque. Ao longo desse período é visto aspectos da vulnerabilidade financeira, o consumidor de baixa renda compreende que conseguirá elevar seu status, ou em outras palavras ser melhor visto pela sociedade, esse perfil aliado ao acesso ao crédito contribuem para altos níveis de inadimplência.

Sendo assim este presente trabalho, vai avaliar de que forma o crédito se expandiu no Brasil, quais modalidades de crédito contribuíram para isso, procurando questionar de que forma esses fenômenos impactaram no aumento do nível de inadimplência da pessoa física no Brasil.

1.2. Justificativa

Com a implantação do Plano Real em fevereiro de 1994, o Brasil enfim conseguiu se estabilizar monetariamente, trazendo o fim da hiperinflação e a possibilidade de ter uma moeda que fosse capaz de se perpetuar, com a moeda estável, o brasileiro passou a ter um controle e sensação melhor sobre o seu poder de compra, e um dos resultados disto foi a expansão do crédito no país. A importância de analisar a expansão do crédito no Brasil pode ser vista por diferentes âmbitos, o de maior importância é demonstrar os impactos desse fenômeno no nível de inadimplência da pessoa física, o comportamento e nível social da pessoa física pode explicar a maneira como esta se torna inadimplente. Com relação às modalidades de crédito, o cartão de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

crédito, financiamento e empréstimos se tornaram cada vez mais comuns na vida do brasileiro, e é claro isso também impactou diretamente no nível de inadimplência.

É importante ressaltar que a macroeconomia com seus principais indicadores tem profundo impacto nos dois lados, tanto para a expansão do crédito como para o aumento do nível de inadimplência. Em meio a isso o governo também se posicionou, foi responsável em maior parte pelo crédito ter tomado um rumo crescente, ao diminuir burocracias ao seu acesso, não é que o fato da moeda ter se tornado estável trouxesse esse problema, nos planos anteriores ao Plano Real, o brasileiro se preocupava incessantemente com a hiperinflação e em manter o necessário para subsistir, com a estabilidade monetária o novo problema do brasileiro acabou se tornando a inadimplência.

1.3. Objetivos

Este trabalho tem por objetivo central explicar de que forma se deu a expansão do crédito no Brasil no início do século XXI, e quais foram os seus impactos na inadimplência da pessoa física, no período de 2008 a 2012.

Destacar a expansão do crédito no PIB de 2008 a 2012 e em que modalidades específicas se deu esta expansão.

Abordar do ponto de vista macroeconômico, quais indicadores influenciam diretamente no aumento da inadimplência da pessoa física.

Demonstrar o impacto das medidas macroprudenciais realizadas pelo Estado e se estas medidas tiveram efeito no que tange ao nível da inadimplência.

Determinar que o ser humano é influenciado pelo mercado a aumentar o seu nível de consumo, mesmo que este esteja acima do seu nível de renda, consequentemente o levando a ficar inadimplente.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura está dividida em quatro seções: a primeira busca compreender a expansão do crédito na economia brasileira e quais modalidades de operações de crédito têm maior participação na inadimplência da pessoa física; a segunda procura estabelecer se houve influência macroeconômica na expansão do crédito e, consequentemente, no nível de inadimplência; a terceira avalia quais foram os efeitos das medidas macroprudenciais adotadas pelo governo durante o período estudado; e a quarta examina os aspectos sociais e de mercado relacionados à inadimplência.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2.1. A expansão do crédito e suas modalidades

A participação do crédito em relação ao PIB subiu de 37% no ano de 2008 para mais de 53% no ano de 2012, a alavancada que chega a este alto nível de participação vem se apresentando desde o ano de 2003; como cita Costa (2008), o período de 2003-2006 foi um período de acesso popular aos bancos e ao crédito. Várias modalidades de crédito surgiram com este fenômeno, segundo Guttman e Plihon (2008), em um capitalismo conduzido pelas finanças é comum que sejam colocados instrumentos e mercados financeiros como fator principal na ordem do crescimento. Em 2012 o Brasil atingiu um número recorde de 52 milhões de pessoas inadimplentes, para efeito de comparação o número de inadimplentes em 2004 de acordo com o Serasa Experian era de 12,72 milhões de pessoas (IMIRANTE, 2005).

Esse crescente da inadimplência é marcado pela evolução de algumas operações de crédito, destaques para o cheque especial, cartão de crédito e crédito consignado, segundo o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) de 2008 a 2012, a inadimplência relacionada a cheque especial e cartão de crédito mais do que dobraram. O crédito consignado regulamentado em 2003 e que foi bastante incentivado pelo governo Lula poderia até ter tido um impacto maior; conforme Barone e Sader (2008), a solução tomada pelo governo federal para não deixar as famílias de baixa renda com seu salário totalmente comprometido por empréstimos, foi de limitar em 30% do salário do empregado ou pensionista. Com relação ao crédito, afirmam Feng e Ikeda (2004):

> O mercado de cartões de crédito é crescente com tendência à massificação, pois apresenta diversas vantagens aos portadores (usuários) e aos estabelecimentos comerciais (que aceitam pagamento com o cartão). Toda tecnologia, inovação e avanço tende, primeiro, se tornar conhecido pelas pessoas, depois, se tornar popular, e com o tempo, se tornar comum e usual.

Foi exatamente este o processo que ocorreu na sociedade brasileira, a explicação histórica do endividamento concernente ao cartão de crédito podemos ver em (COSTA, 2008, p. 158 apud RIBEIRO; LARA, 2016, p. 346):

> O maior destaque na proporção de endividados no Brasil se dá pela expansão do cartão de crédito. Para se adquirir um cartão de crédito em 1987 era necessária a comprovação de renda com no mínimo cinco salários-mínimos. Dez anos mais tarde já era possível ter um cartão de crédito com renda mensal de R$ 200,00 e em alguns casos sem pagamento de anuidade. Em 2007 já existiam 83 milhões de cartões de crédito, sendo 15 milhões para trabalhadores com renda de até R$ 500,00. O número de trabalhadores com essa renda que tinha adquirido cartão de crédito era de 5 milhões no ano 2000.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Como ilustrado na Figura 1, o cartão de crédito passou a ser a principal causa da inadimplência da pessoa física, seguido do cheque especial, e no Gráfico 1 podemos atestar que houve um aumento substancial do crédito, consequentemente aumentando o nível de consumo das famílias. O aumento do crédito, ligado ao aumento do consumo, leva a reafirmarmos os dados do Serasa Experian de que entre 2004-2012 o número de inadimplentes saltou de 12,72 milhões para 52 milhões.

2.2. Variáveis macroeconômicas e a inadimplência

A macroeconomia é de suma importância, é um braço da economia que acompanha e realiza os diagnósticos sobre os fenômenos econômicos, e seus indicadores influenciam em todos os setores da economia brasileira, como exemplo podemos nos utilizar da curva de Phillips, na qual existe uma relação inversa entre inflação e desemprego, quanto maior a inflação, menor o desemprego e quanto maior o desemprego menor a inflação. Dado isso se ocorrer um processo inflacionário e este for muito maior que o aumento de renda de uma família, muito possivelmente esta poderá ficar inadimplente como consequência. Segundo Ruberto et al. (2013):

> Em um estudo focado nos fatores econômicos que determinam a inadimplência das pessoas físicas, os autores utilizaram variáveis como a taxa de desemprego e a taxa de juros, a partir das quais verificou-se que a taxa de desemprego possui correlação positiva com a taxa de inadimplência, apresentando pequenos períodos de controvérsia, e que as oscilações nas taxas de juros também influenciam a inadimplência.

Sendo assim quanto maiores as taxas de juros e de desemprego maiores os níveis de inadimplência, outro fator interessante é justamente com relação a renda, a expectativa da renda futura influencia o consumo e a aquisição de crédito, de acordo com Sbicca, Floriani e Juk (2012), o ritmo com que o PIB vem evoluindo não contribui para que uma família com renda mais baixa possa superar determinadas crises. O Governo também contribui quando ocorre o chamado déficit público e isso influencia no comprometimento de renda das famílias como visto em Kasznar (2009):

> Ao sinal de déficits crescentes no setor público, a taxa de juros tende a subir o que encarece o custo dos empréstimos, logo do mercado de crédito. Enquanto as famílias reveem sua posição orçamentária, os governos tendem a aumentar sua disciplina fiscal ou, relaxados, mantêm a demanda por crédito, confiantes na arrecadação futura de impostos e no aumento da carga fiscal.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Devemos ressaltar que as crises externas também afetam os indicadores macroeconômicos do nosso país bem como analisam Donadio, Campanário e Rangel (2012):

> A crise financeira e econômica que teve início em 2008 nos Estados Unidos, espalhando-se depois para o resto do mundo, teve como gatilho justamente o endividamento da população. Naquele caso, os empréstimos que representaram o estopim da crise foram os concedidos a uma camada específica da população para financiamento de imóveis.

Dessa forma as variáveis macroeconômicas têm impacto na inadimplência das famílias, mesmo que estas não possam controlar tais acontecimentos, acabam sofrendo o efeito sem que tenham realizado ação alguma.

2.3. Medidas macroprudenciais e seus efeitos no crédito

Para início desta seção devemos compreender o objetivo das medidas macroprudenciais, estas que são realizadas com a intenção de diminuir os riscos sistêmicos, ou seja, o Estado entra em ação e toma ações necessárias para diminuir os impactos de crises econômicas. O Brasil se utilizou de medidas macroprudenciais no período estudado por este trabalho; conforme Chicoli (2016), em 2008, logo após a crise, o Brasil teve que se utilizar de tais medidas na tentativa de manter a estabilidade do sistema financeiro. Os resultados, segundo Chicoli (2016, p. 36):

> Dentre as medidas adotadas no Brasil, a principal foi a alteração dos depósitos compulsórios na tentativa de regular a liquidez no mercado de crédito. No período da crise, o Banco Central decidiu reduzir os compulsórios dos depósitos à vista e a prazo, tendo liberado, segundo o Banco Central (2015), R$ 70 bilhões para o sistema financeiro ao reduzir o total agregado recolhido de R$ 250 bilhões para R$ 170 bilhões.

Outras medidas foram realizadas entre os períodos de 2010 e 2011, com o objetivo de combate à inflação, esta que possui relação com o nível de inadimplência, segundo Vartanian e Almeida (2015):

> O Banco Central do Brasil, ao se utilizar do termo macroprudencialidade para caracterizar sua política econômica de combate à inflação, mostrou o quão amplo é o significado desta palavra, assim como os propósitos aos quais visava atingir. Apesar de o termo estar calcado, primeiramente, na ideia de uma regulamentação apropriada do sistema financeiro, que levasse em consideração as implicações macrossistêmicas da saúde das instituições financeiras, percebe-se que, em países

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

> emergentes, como é o caso do Brasil, em que o sistema financeiro é essencialmente
> bancarizado, os resultados das políticas macroprudenciais se confundem com aqueles de política monetária.

Ou seja, existe uma relação entre as políticas monetárias e as medidas macroprudenciais (MAGALHÃES; MOREIRA, 2012):

> A intersecção entre a política monetária e a regulação macroprudencial também é objeto em aberto para analistas e formuladores de política econômica. Se, antes da crise, assumia-se que o principal objetivo da política monetária era o de estabilizar os preços de bens e serviços, não devendo incidir sobre os ciclos financeiros e os preços dos ativos financeiros, depois dela se abriu um novo espaço: há quem defenda que a política monetária, junto com as medidas macroprudenciais, deva atuar para atenuar os riscos de crises sistêmicas.

Como vimos as medidas macroprudenciais foram utilizadas no período de 2008 a 2011, tiveram grande papel na expansão do crédito e por algumas vezes assumiram o papel das políticas monetárias relacionadas ao depósito compulsório com relação ao exterior e à taxa de juros usual, isso é evidenciado na medida de que quem toma as decisões é o CMN (Conselho Monetário Nacional) e quem executa é o BACEN (Banco Central). O impacto é comentado por Sales e Barroso (2012):

> O conjunto de medidas macroprudenciais teve impacto sobre a atividade econômica. Segundo um estudo realizado com analistas de mercado em fevereiro de 2011, o efeito mediano de medidas macroprudenciais equivale a um aumento de 75 pontos de base na taxa de referência. Essas medidas tiveram efeitos evidentes nas concessões de crédito e nos diferenciais de taxas de juros, como informam os Relatórios da Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil, abril e setembro de 2011.

2.4. Aspectos sociais e de mercado com relação à inadimplência

As questões de mercado são bem interessantes no quesito influenciar o consumo; segundo Messias, Silva e Silva (2015), é por meio do marketing, composto por produto, praça, preço e promoção, que os indivíduos são levados a consumir os bens e serviços, sendo o marketing primordial no processo.

Esse consumismo é um fator comum na sociedade capitalista, exatamente por ser um dos fatores preponderantes para a aquisição de status e de bem-estar dentro desse sistema, isso explica muito do comportamento da pessoa física, existe falta de planejamento aliado ao impulso, como relatam Messias, Silva e Silva (2015)):

> A grande maioria das pessoas não planejam as suas atividades, não se antecipam aos problemas e tem dificuldades quando eles

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

> aparecem, agem apenas quando pressionadas e tomam decisões por impulso, baseadas na emoção e não na razão. A sedução do consumo, a busca pela diferenciação, as facilidades na aquisição de bens e serviços, exercem grande poder no comportamento das pessoas, levando-as a consumirem mais do a sua capacidade de pagamento e de endividamento permite.

A própria pessoa física tem diversas limitações consigo mesma quando se trata de honrar seus compromissos. Para Daros e Pinto (2017), as principais causas da inadimplência vão desde o esquecimento do compromisso, por lhe fugirem as datas, até atrasos propositais ou dificuldades financeiras. Vale ressaltar que o Brasil não possui na sua grade de ensino obrigatório uma disciplina voltada para a economia ou educação financeira, o brasileiro acaba se desenvolvendo sem um ensino crucial para que possa tomar decisões corretas acerca de sua renda. Como vemos em Campara et al. (2016), por meio de seu estudo de relatos com pessoas inadimplentes, as estratégias tomadas foram: deixar de honrar um compromisso em detrimento de outro, e realizar empréstimos em instituições financeiras, comprometendo ainda mais o seu orçamento mensal (CAMPARA et al., 2016):

> Salienta-se, todavia, que as estratégias relatadas, ao invés de darem sustentação à vida financeira dessas pessoas acabam por complicar ainda mais, pois na primeira situação pode-se conjecturar que o indivíduo sempre vai deixar contas em atraso por priorizar umas em detrimento de outras e, no segundo caso, vai entrar em um círculo vicioso, ou seja, para arcar com um dever financeiro vai fazer outro por meio de empréstimos.

Os mesmos autores ainda relatam fatos interessantes com relação à inadimplência: os relatos de como os inadimplentes buscaram sair da situação apontam para colocar a mão na consciência e analisar quais eram os prós e os contras de estar inadimplente, sendo um deles a exclusão do acesso ao crédito. O aspecto social também é atingido: as pessoas físicas inadimplentes sofrem diversos impactos até mesmo em família, pois, com a contração de empréstimos junto a familiares, sofrem pressão para que honrem o compromisso, o que resulta em angústia e depressão.

A solução para que a inadimplência possa diminuir ao longo do tempo passa, em grande medida, pela conscientização, a família brasileira precisa sentar e avaliar quais são os gastos fundamentais, e o que precisa ser cortado, aquilo que deve ser mantido, o uso do cartão de crédito deve ser feito com diligência, avaliar a questão de ter um imóvel ou um veículo via financiamento parte de estar com a vida programada para que não tenha surpresas, como visto aqui essas três modalidades são as que mais impactam na inadimplência. Outro caminho seria o governo realizar em conjunto com as instituições financeiras programas governamentais, com

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

o objetivo de aliviar a inadimplência e reativar os brasileiros que não possam ter acesso ao crédito, fazendo com que eles voltem a contribuir economicamente.

3. METODOLOGIA

Esse trabalho procurou demonstrar que houve uma expansão do crédito desde 2003, e que se intensificou no período estudado de 2008 a 2012 no Brasil, tal expansão do crédito resulta em inadimplência por meio das modalidades de crédito e da influência das variáveis macroeconômicas, sendo então de natureza macroeconômica.

Dessa forma as pesquisas feitas para este trabalho podem ser caracterizadas como explicativas, pois identificam e conectam os acontecimentos da expansão do crédito a crescentes níveis de inadimplência, assim como procura analisar quais as modalidades de crédito têm maior influência nessa inadimplência.

Os dados são quantitativos, foram coletados de determinadas fontes e estudos estatísticos do BACEN e Serasa Experian que compreendem os números de relação do crédito/PIB e índices de inadimplência geral e por modalidade de crédito. Sobre os procedimentos, a pesquisa é bibliográfica, construída com análises já feitas, contendo informações de artigos e monografias.

Figura 1. Inadimplência/operações de crédito

%

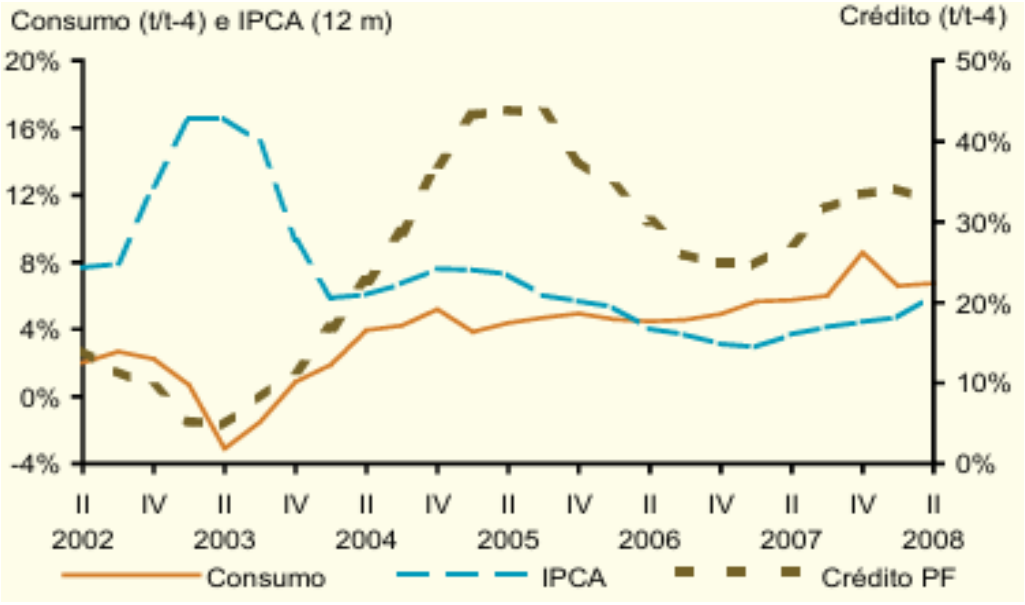
Modalidade de crédito	2006	2007		2008
	Dez	Jun	Dez	Jun
Pessoa física – Total	6,6	6,3	6,1	6,2
Cheque especial	13,3	11,2	12,6	11,2
Crédito consignado em folha	2,6	2,8	2,8	2,8
Crédito não-consignado	9,7	9,4	9,7	8,8
Cartão de crédito rotativo	24,9	24,2	23,9	23,9
Financiamento de veículos	4,0	4,2	4,2	5,1
Arrendamento financeiro	2,7	3,1	3,1	3,4
Imobiliário	4,6	4,0	2,9	2,8
Rural e agroindustrial	3,0	2,4	2,5	3,2
Outros tipos de créditos[1/]	11,7	11,8	11,0	10,4

1/ Financiamento para aquisição de outros bens, outros empréstimos, outros financiamentos e outros créditos.

Fonte: BACEN.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Gráfico 1. Crédito e consumo das famílias



Fonte: BACEN.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das pesquisas realizadas neste trabalho tivemos a compreensão do impacto da expansão do crédito sobre a inadimplência, ressaltando o fato de que a expansão do crédito impactou negativamente na inadimplência, ainda mais se levar em consideração a pessoa física que possui baixa renda.

Constatou-se que modalidades de crédito como o cheque especial e o cartão de crédito alcançaram a maior parte da população e são as maiores responsáveis por ela se tornar inadimplente.

Houve a comprovação de que algumas variáveis macroeconômicas influenciam diretamente na inadimplência, desemprego e inflação elevam os números de inadimplentes, além disso, é notório que as famílias atingidas por tais fenômenos não têm controle sobre isso.

Determinamos que o governo interfere diretamente na expansão de crédito assim como limita o risco de crise no sistema financeiro, e de crédito através das medidas macroprudenciais que atuam em conjunto com as políticas monetárias adotadas pelo BACEN.

E por fim, evidenciamos que o marketing tem papel importante no que diz respeito a influenciar as pessoas a serem consumistas, e o brasileiro, na expectativa de alcançar

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

determinado status social acaba se tornando inadimplente, a conscientização sobre educação financeira e os programas estruturais de renegociação por parte do governo devem amenizar este indicador tão severo.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução Recente do Crédito, da Inadimplência e do Endividamento das Famílias.** Brasília, DF, set. 2008. p. 39-42. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2008/09/ri200809b2p.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, DF, v. 7, n. 2, nov. 2008. p. 1-174. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/cronologicos. Acesso em: 28 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, DF, v. 8, n. 1, maio 2009. p. 1-160. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/cronologicos. Acesso em: 28 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, DF, v. 8, n. 2, out. 2009. p. 1-160. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/cronologicos. Acesso em: 28 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, DF, v. 9, n. 1, abr. 2010. p. 1-90. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/cronologicos. Acesso em: 28 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, DF, v. 9, n. 2, set. 2010. p. 1-62. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/cronologicos. Acesso em: 28 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, DF, v. 10, n. 1, abr. 2011. p. 1-49. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/cronologicos. Acesso em: 28 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, DF, v. 10, n. 2, set. 2011. p. 1-60. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/cronologicos. Acesso em: 28 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, DF, v. 11, n. 1, mar. 2012. p. 1-56. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/cronologicos. Acesso em: 28 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, DF, v. 11, n. 2, set. 2012. p. 1-63. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/cronologicos. Acesso em: 28 maio 2019.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, nov./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000600012. Acesso em: 25 maio 2019.

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes; COSTA, Vânia Medianeira Flores; FRAGA, Luana dos Santos. O dilema dos inadimplentes: antecedentes e consequentes do "nome sujo". **REMark – Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 71-85, jan./mar. 2016. DOI: 10.5585/remark.v15i1.2941. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471755315006. Acesso em: 24 abr. 2019.

CHICOLI, Raí. Medidas macroprudenciais no Brasil: efeitos do depósito compulsório sobre produto e estoque de crédito da economia. **Informações FIPE**, São Paulo, p. 36-43, dez. 2016. Disponível em: Informações FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Acesso em: 30 maio 2019.

COSTA, Fernando Nogueira da. Bancos e crédito no Brasil: 1945-2007. **História e Economia: Revista Interdisciplinar**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 249-276, 2008.

DAROS, Mariane; PINTO, Nelson Guilherme Machado. Inadimplência no Brasil: uma análise das evidências empíricas. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 7, n. 1, p. 208-229, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.18256/2237-7956/raimed.v7n1p208-229. Acesso em: 24 abr. 2019.

DONADIO, Rosimara; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu; RANGEL, Armênio de Sousa. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **REMark – Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-93, jan./abr. 2012. DOI: 10.5585/remark.v11i1.2281.

FENG, Helena Wang; IKEDA, Ana Akemi. Análise do mercado de cartão de crédito brasileiro. In: **SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD**, 7., 2004, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: FEA/USP, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242470331_ANALISE_DO_MERCADO_DE_CARTAO_DE_CREDITO_BRASILEIRO. Acesso em: 31 ago. 2026.

IMIRANTE. Serasa: 10,2 milhões de pessoas saíram da lista de inadimplentes em 2004. **Imirante.com**, São Luís, 31 jan. 2005. Disponível em: https://imirante.com/sao-luis/noticias/2005/01/31/serasa-10-2-milhoes-de-pessoas-sairam-da-lista-de-inadimplentes-em-2004.shtml. Acesso em: 30 maio 2019.

KASZNAR, Istvan Karoly. Marketing, políticas de crédito e inadimplência: vender bem e evitar o mau pagador, um desafio permanente. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 51-70, maio/ago. 2009. Disponível em: https://periodicos.uff.br/pca/article/download/11012/7807. Acesso em: 30 maio 2019.

MAGALHÃES, Daniela P.; MOREIRA, André. Medidas macroprudenciais e a evolução do crédito em 2011. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 117-128, 2012. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/2726/3088. Acesso em: 30 maio 2019.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

MESSIAS, José Flávio; SILVA, José Ultemar; SILVA, Pedro Henrique Corrêa. Marketing, crédito e consumismo: impactos sobre o endividamento precoce dos jovens brasileiros. **ENIAC Pesquisa**, Guarulhos, SP, v. 4, n. 1, p. 43-59, jan./jun. 2015. Disponível em: https://editora.unifatecie.edu.br/edufatecie/catalog/download/10/10/21f. Acesso em: 20 abr. 2019.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.072. Acesso em: 24 abr. 2019.

RUBERTO, Isabel Von Grafen; SILVEIRA, Vinícius Girardi da; VIEIRA, Kelmara Mendes; BENDER FILHO, Reisoli. A influência dos fatores macroeconômicos sobre o endividamento das famílias brasileiras no período 2005-2012. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 58-77, jan./jun. 2013. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/issue/view/200. Acesso em: 24 abr. 2019.

SALES, Adriana Soares; BARROSO, João Barata Ribeiro Blanco. Lidando com um complexo ambiente global: uma visão doméstica sobre medidas macroprudenciais e a política monetária de mercados emergentes. **Texto para Discussão**, Brasília, DF: Banco Central do Brasil, n. 292, out. 2012. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/td292.pdf. Acesso em: 24 maio 2019.

SBICCA, Adriana; FLORIANI, Vinicius; JUK, Yohanna. Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 5-16, out./dez. 2012. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/ret/issue/view/1434. Acesso em: 24 abr. 2019.

VARTANIAN, Pedro Raffy; ALMEIDA, Derick Ribeiro da Costa. Medidas macroprudenciais e estabilização financeira: uma análise do caso brasileiro. **Práticas em Contabilidade e Gestão**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 104-127, 2015. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/pcg/article/download/9835/6095. Acesso em: 30 maio 2019.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.